

RELATÓRIO CONDEMA

Reunião 226, de 28 de janeiro de 2020.

Em razão da publicação da Lei Municipal 1382/19 (BOM 918) que altera a estrutura do CONDEMA, encaminhamos solicitação para indicação de representantes às entidades. Apenas ontem, dia 27, recebemos a última indicação, da Fundação Florestal. A indicação vem da Secretaria de Meio Ambiente de Estado e passa por alguns trâmites que causam a demora no encaminhamento. Encaminharemos para elaboração do decreto de nomeação para o Conselho. **NÃO HAVERÁ DELIBERAÇÃO** na reunião de hoje. O Calendário com as datas para as reuniões Ordinárias do CONDEMA no ano de 2020 foi apresentado aos conselheiros e será encaminhado para publicação no Boletim Oficial do Município. Nos Assuntos Gerais o conselheiro Castro iniciou falando sobre as ações de retirada de construções das ocupações irregulares, sobre as dificuldades. Não há mecanismos nem do Estado nem do município que seja capaz de conter essas invasões. Falou detalhadamente sobre os procedimentos adotados atualmente e que é preciso recorrer a ajuda de deputados estaduais ou federais para frear essa situação, pois a flacidez da lei não ajuda e é difícil expor as pessoas ao crime, ao perigo. Os funcionários não querem, são ameaçados. As invasões hoje são orquestradas pelo crime organizado, agindo na falha do Estado que, ausente desses locais, abre espaço para que o crime se instale. Os conselheiros discutiram sobre as diversas problemáticas envolvidas na questão e o conselheiro Castro disse que trará ao Conselho um projeto de ocupação regular, considerando até mesmo confisco de áreas cujos proprietários não pagam o IPTU, para realocar essas famílias. O Sr. Presidente completou que solicitará ao Sr. Osnei, presidente do Conselho de Habitação, que em conjunto com a DHA elabore seminário para discutir o assunto e ações referentes as ocupações irregulares. O conselheiro Ubirajara queixou-se sobre problemas recorrentes de falta de água no final do ano em Boraceia e da inexistência de melhorias noticiadas há anos pela SABESP. O conselheiro Filipe falou sobre trabalho conjunto com a SM, especialmente nas trilhas, garantindo segurança e limpeza, com o apoio da DOA; que o convênio com a SPU tem ajudado muito no gerenciamento das praias. Salientou que estão sendo trabalhados protocolos com a SMA para tratar a situação de veículos nas praias e que estão investindo para melhorar e reeducar as pessoas que tem o hábito de realizar atividades nas praias para um turismo mais limpo.

O segundo item da Pauta foi a apresentação SABESP, onde o Sr. Presidente explanou que conversou com o Sr. Heron, da SABESP para fazer um informativo sobre água e esgoto e, talvez, entregar junto a conta de água e também disponibilizar em meio digital. Falou que estão pensando em como trabalhar políticas públicas para minimizar o problema da falta de água, considerando as muitas variáveis que contribuem para o problema. Passou a palavra ao Sr. Heron, que prosseguiu com a apresentação e explanou sobre os acontecimentos do final do ano, sobre a diferença entre falta de água e baixa pressão; sobre a superpopulação que alterou de 62 mil para aproximadamente 462 mil pessoas no município, gerando superconsumo e imóveis superocupados. Os feriados prolongados contribuíram para essa situação. Muitos imóveis são de veraneio e não tem condições estruturais para abrigar grande quantidade de pessoas. Há também a questão de bombas irregulares que interferem no abastecimento. Também tivemos um período de altíssimas temperaturas e poucas chuvas, que aliados à superpopulação geram a baixa pressão. Não houve tempo do sistema se recarregar entre os dois feriados. Lembrou também que áreas onde houve muita

reclamação são áreas atingidas pela baixa pressão, especificamente por ladearem áreas de ocupação irregular, que também se abastecem de alguma forma prejudicando o sistema como um todo. A SABESP vem desenvolvendo ações para minimizar os problemas. Os presentes conversaram sobre diversas situações que se repetem todo ano. A Sra. Raquel da ARSESP falou que está dialogando com o município sobre o Plano Municipal de Saneamento, que embasa investimentos a serem feitos para redimensionar a tarifa sazonal e prever adequações para essas situações. O Sr. Presidente falou que na véspera do ano novo, dia 31, às 9h00 da noite, acabou a energia. Era tanta gente em Bertiooga que nem o sistema de energia aguentou. Precisamos trabalhar políticas públicas e verificar junto com a SABESP quais obras emergenciais podem ser feitas para melhorar. O Sr. Heron explicou que o investimento é feito projetado no crescimento do município para daqui 30 anos. Não é possível investir considerando populações pontuais, flutuantes. Casos pontuais devem ser tratados de forma pontual. Hoje temos sistema plenamente capaz de atender o município em períodos normais. O Sr. Presidente concluiu dizendo que notificamos a SABESP e a ARSESP sobre os problemas ocorridos. Realizamos reunião na ARSESP e na SABESP. Fizemos vistoria e aguardamos retorno da ARSESP. Todas as providências foram tomadas. A pauta prosseguiu com a apresentação do Projeto “Nós Fazemos o Clima”. A Sra. Edmara Barbosa, filha do notável autor Benedito Ruy Barbosa, escritora, autora e engajada em projetos voltados às questões ambientais iniciou a apresentação, explicando que a ideia é que somos todos responsáveis e uma só mudança no conjunto pode impactar o todo. Precisamos nos reconectar, recuperar as pessoas. Mostrou alguns vídeos da campanha “A Natureza Está Falando”, da ONG Conservação Internacional. Não podemos continuar vivendo de maneira predatória. É preciso comunicar melhor, interagir, explicar o que acontece e como fazer pra melhorar. É preciso observar o que está errado no sistema e combater com educação. Também é necessário adequar a legislação para o momento atual. Explicou que um grupo de multiprofissionais, de várias áreas, se uniu para desenvolver este projeto, visando transformar os arredores das cidades em florestas. Criamos uma rede de comunicação e gestão de iniciativas orientadas para viabilização de projetos socioambientais. A intenção é realizar capacitação da Guarda Ambiental Municipal e dos fiscais para que eles conheçam como o sistema funciona e repliquem o conhecimento na sociedade, ajudando a mudar pela ação, pelo diálogo, pela informação. O Sr. Presidente explicou que isso vai ao encontro da maneira que a SM trabalha, como mediadora para entender e tentar resolver os problemas. Disse que é importante criar agenda com a ST, DHA e FF. Pediu que o conselheiro Castro organizasse uma reunião pontual com todos os atores e então voltaremos a conversar. **FUNESPA:** em razão do adiantado da hora e de não ser possível deliberações, este item não foi apresentado.

Reunião 227, de 18 de fevereiro de 2020.

O conselheiro Paulo Velzi, vice-presidente do CONDEMA deu início à reunião. Informou que foi publicado no Boletim Oficial do Município n.º 930, de 14 de fevereiro de 2020, o Decreto 3.304, que “Altera e acresce dispositivos no Decreto Municipal n. 3.141, de 25 de abril de 2019, que nomeou o Conselho Comunitário de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA”, lendo os nomes dos conselheiros nomeados, completando a composição do Conselho. Os conselheiros APROVARAM por unanimidade as atas dos meses de novembro e dezembro de 2019, bem como de janeiro de 2020 (224, 225 e 226), que estavam pendentes, aguardando a publicação deste Decreto.

A pauta teve início com a apresentação do Sr. Heron, gerente da unidade SABESP Bertiooga sobre as medidas e ações que serão tomadas pela SABESP no período do Carnaval visando evitar problemas com desabastecimento de água no município. Afirmou que a melhoria no serviço de abastecimento precisa caminhar junto com o trabalho de regularização fundiária, de modo a não potencializar a ocupação irregular justamente pela melhora do recurso. As ligações irregulares são a pior situação para as companhias de saneamento e abastecimento como um todo. Os presentes conversaram sobre queixas pontuais e dirimiram dúvidas em relação à cor de água, tempo de atendimento de ocorrências, dentre outras. Atualizou também informações sobre o cronograma da construção do reservatório em Boraceia. O conselheiro Ubirajara queixou-se da demora e o conselheiro Paulo explicou que é preciso compreender que há trâmites legais e administrativos que precisam ser cumpridos de modo a garantir segurança para o contratante e para o contratado. Lembrou que o município tem contrato assinado com a SABESP e hoje temos um representante da Companhia sempre presente em nossas reuniões e disponível a ajudar e orientar no que for necessário. Vamos solicitar que a SABESP apresente em próxima reunião o cronograma de esgoto e água. Conversaram sobre a necessidade de fiscalização das bombas de água.

Nos Assuntos Gerais os conselheiros falaram sobre problemas com descarte de lixo em Boraceia e o Vice-Presidente Paulo sugeriu fazer uma moção para cobrar a SU. Também solicitaram atualizar informações sobre notícia de que a CETESB teria emitido Licença para a transposição do Rio Itapanhaú. O Vice-presidente Paulo explicou que a licença emitida foi para instalação de canteiro e não para execução da obra.

O Sr. Fernando, Presidente, chegou e o Vice-presidente Paulo, passou a ele a condução da reunião. O Sr. Presidente desculpou-se pelo atraso explicando que aconteceu uma vistoria do Tribunal de Contas da União na área do Transbordo e foi solicitado que ele estivesse presente. Em relação a transposição do Rio Itapanhaú o Sr. Presidente relembrou detalhadamente a situação e passou as informações que tem até o presente momento. A conselheira Teresa sugeriu que o assunto esteja na pauta da próxima reunião. O Sr. Presidente esclareceu que, em que pese haver contrato com a SABESP para prestação de serviços no município, o assunto da reversão do Rio Sertãozinho deve ser tratado com a importância e isenção que demanda, por tratar-se de políticas de Governo de Estado. Pleiteamos a compensação e que eles apresentem quais serão as consequências para nosso município. O Sr. Presidente explicou que apesar de a captação ser feita fora do município, interfere diretamente em nossa bacia.

A reunião seguiu com a apresentação sobre Regularização Fundiária. O Diretor de Habitação, Sr. André Santana falou sobre a Lei Federal 13.465/17; sobre os procedimentos básicos para identificação dos núcleos de interesse social e específico; sobre as etapas da Regularização Fundiária: Diagnóstico; Projeto de Regularização Fundiária e; Regularização Administrativa / Jurídica. Explicou cada fase; falou sobre o trabalho desenvolvido junto à AGEM, desde 2017, iniciando o sistema de Georreferenciamento da Baixada Santista inteira e identificando os núcleos, criando as classificações. O trabalho está quase concluído e em breve será divulgado. Explanou sobre cada núcleo e sobre o trabalho já realizado em cada um. Conversaram sobre questões pontuais referentes ao assunto e dirimiram dúvidas especialmente sobre ações para contenção das ocupações irregulares. Falaram sobre a problemática da ocupação pelo crime organizado, sobre a fiscalização e sobre a falta de apoio do Estado. A conselheira Marisa sugeriu envolver a Secretaria de Habitação do

Estado para promoção de mais moradias. Para concluir, o conselheiro André Santana falou que quando o atual Governo assumiu encontrou tudo no papel e que hoje todos os cadastros estão informatizados, são feitos com a utilização de tablets, temos o geoprocessamento e a área que fica no fundo das Chácaras será a primeira a ser inserida no sistema. A pretensão é cruzar os dados das diversas secretarias e realizar um trabalho mais consistente e otimizado. O Sr. Presidente explicou que o Sr. Osnei, presidente do Conselho de Habitação não pôde comparecer e que pretende realizar no segundo semestre um fórum/seminário em conjunto - CONDEMA com o Conselho de Habitação, para tratar especificamente da questão da regularização fundiária e solicitará auxílio para organizar este evento.

FUNESPA: o Sr. Presidente explicou que não tem recebido as informações de extrato e conciliação bancária referentes ao FUNESPA desde o mês de dezembro/2019 em razão de sobrecarga da Diretoria de Finanças por questões do Tribunal de Contas da União. Deverá receber as informações pendentes no início de março e então agendará uma reunião extraordinária com o Conselho Diretor do FUNESPA.

Reuniões SUSPENSAS de março a junho de 2020 em razão da PANDEMIA.

Estão SUSPENSAS por tempo indeterminado as Reuniões do CONDEMA, conforme determina o Decreto Municipal n.º 3.319, de 17 de março de 2020, que “Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus e dá outras providências”, por medida de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença.